

Ciclo político-eleitoral brasileiro e sua relação com o resultado das urnas

Willames Nunes da Silva¹

¹Graduando em História pela Universidade Estadual de Alagoas, campus I.

E-mail: willamesn26@gmail.com.

Resumo - A história da política brasileira traz algumas especificidades raramente vistas em um contexto internacional. Governos de inspirações fascistas sendo aclamados pela sociedade; militares tomados como o pilar da democracia; entre outras peculiaridades que são comuns à política nacional. Contudo, os períodos reacionários e antidemocráticos seguem uma espécie de ciclo onde existem momentos ideais para tais ideologias estarem em alta ou serem repudiadas pela população. O presente estudo busca compreender esses ciclos políticos brasileiros e identificar quais os momentos propícios para determinadas ideologias e personagens através de uma análise epistemológica da política nacional do período da Revolução de 1930 até o Golpe Militar de 1964. Para isso utilizaremos como fontes e referências jornais, depoimentos de especialistas das áreas de História e Ciência Política, bem como literaturas especializadas no tema em questão.

Palavras-chave: Política. Eleições Ideologias. Democracia.

Abstract - The history of Brazilian politics brings some specificities rarely seen in an international context. Fascist-inspired governments being hailed by society; military taken as the pillar of democracy; among other peculiarities that are common to national politics. However, reactionary and anti-democratic periods follow a kind of cycle where there are ideal times for such ideologies to be on the rise or to be repudiated by the population. The present study seeks to understand these Brazilian political cycles and to identify the propitious moments for certain ideologies and characters through an epistemological analysis of national politics from the period of the Revolution of 1930 until the Military Coup of 1964. For this we will use as sources and references newspapers, testimonials from specialists in the fields of History and Political Science, as well as specialized literature on the subject in question.

Keywords: Politics. Elections. Ideologies. Democracy.

Introdução

Não é segredo para ninguém que grupos reacionários e antidemocráticos estejam instalados na política brasileira desde a Independência de 1822, ou até mesmo antes disso. Entretanto, muito raramente os porta-vozes de tais ideologias se revelam publicamente, pelo

contrário, o que realmente aparenta acontecer é que eles aguardam momentos específicos da história e do contexto político vigente para poderem se manifestar em alto e bom som.

É a respeito disso que se faz necessária a pesquisa realizada e publicada neste artigo: uma análise factual e epistemológica no que se refere os ciclos político-eleitorais vivenciados na República do Brasil, em especial a partir da Revolução de 30, a qual empossou Getúlio Vargas e deu início a um governo militarista de aspirações fascista, passando por governos populistas, populares, neoliberais, nacionalistas e retornando aos mesmos militares fascistas do início. É a frequência com que esses modos de governo chegam ao poder executivo, sempre seguindo a mesma ordem, que salta aos olhos de historiadores e pesquisadores internacionais.

Através desse estudo e da linha do tempo aqui construída é possível notar o que possibilita a posse do poder de determinados grupos e busca levar a compreensão do porquê esse ciclo vicioso os favorecem, fazendo assim com que seja mantido e preservado como uma forma de controle das massas e falso conciliador de classes, apaziguando, dessa maneira, a luta existente entre elas. A manutenção desse sistema político oportunista o qual beneficia aqueles que nunca chegariam ao poder em condições democráticas e politicamente equilibradas consiste na única maneira possível de conservar uma elite intelectual que se vê ameaçada sob uma forma de governo popular, a despeito do que já dissera Jessé Souza, “o que os novos tempos pedem é, portanto, um liberalismo repaginado e construído para convencer e não apenas oprimir.” (2017, p. 77).

Há também todo um contexto internacional, em especial norte-americano, que contribuem para a manutenção desse sistema democrático frágil brasileiro. O espírito imperialista continua vivo em algumas nações e a América Latina está no fronte desse modelo, as frágeis democracias possuem palco e público neste continente, uma análise superficial do século XX nos deixa evidenciado. Ditaduras aparentemente vivem em uma gangorra, vão e voltam, seus algozes nunca desaparecem, apenas aguardam o momento propício para manobrar as massas mais uma vez e governarem, não mais de forma abrupta, mas com o viés do povo desiludido com o sistema anterior.

Um destaque especial deve ser dado a classe média nesse contexto de massas e ativismo político. Como sendo a classe mais abrangente, emergente e em ascensão no Brasil, ela ganha a maior atenção da elite que, por sua vez, vê nela, no seu desejo de crescer e sair da posição economicamente arriscada em que se encontra, a chave e a base para ascender ao poder. O

sonho de se tornar elite, a ilusão de que é prejudicada por governos populares e progressistas faz da classe média a ponte do reacionarismo neoliberal e, com isso, as consequências que serão sentidas provocará novas e mais novas reações, jogando-a como motor do ciclo político que enfrentamos.

Porém, é de vital importância que se deixe esclarecido o fato de que não é possível prever um futuro da política brasileira, nem determinar quais serão as próximas ideologias a vigorar, podemos somente ter e fazer breves suposições ou delimitações do que possa vir a ocorrer visto nosso tema se tratar de uma ciência humana a qual leva consigo uma série de variáveis – as quais não necessariamente chegarão a ser tratadas aqui – que podem por sua vez serem alteradas, mudando assim o curso da história (BORGES, 1980).

Partiremos aqui do pressuposto de que o fascismo e totalitarismo são essencialmente e naturalmente a manifestação da barbárie do ser humano. Logo, não haverá espaço neste artigo para explicações do porquê tais ideologias são desumanas, mas sim tentaremos explicar o que faz com que boa parte da população, em momentos decisivos para a política nacional, se ponha do lado desses grupos repetidas vezes na história.

Portanto, o objetivo desse estudo é explicar os ciclos político-eleitorais brasileiros e entender o que leva cada ideologia, em seu determinado tempo e oportunismo, ao poder, contrariando a lógica racional e dando voz ao senso comum e as emoções antidemocráticas. Por fim discutiremos alternativas para se quebrar a redundância politicamente vivida.

Metodologia

O artigo em questão, a respeito da metodologia de abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa visto que diz respeito a um tema teórico-subjetivo composto por uma análise da política nacional relativo a década de 1930 até o golpe de 1964, logo, não tem por objetivo ser consolidado como verdade absoluta, mas sim como uma interpretação cabível, como será visto, da realidade. Com a função de discursar sobre um amplo relatório da literatura, isto é, discursar a partir de um material de pesquisa histórica já existente, consiste em um trabalho descritivo. Sendo assim, fica-se subentendido, e agora explicitado, que fora utilizado como material de pesquisa e informações uma vasta bibliografia no tocante ao tema em questão, a fim de que se

possa fazer uma revisão histórica, contando, entretanto, com o documento oral de especialistas como forma prática de consulta.

Evidentemente a dimensão histórica explorada por esta pesquisa concentra-se no campo político dialogando com a História Social, de modo que diz respeito a um tema de interesse comum a todas as camadas da população e engloba tanto análises políticas quanto sociais. Utilizando-se principalmente de literaturas específicas para compor as ideias aqui supracitadas, bem como discurso oral servindo de embasamento teórico, de sorte que venha a acrescentar nesta pesquisa.

A revolução de 30

A política brasileira, até então, funcionava de uma forma fraudulenta onde eram eleitos os candidatos que comprassem mais votos. Assim foi regida as eleições diretas e indiretas para quaisquer cargos públicos brasileiros.

Nas eleições de 1930, aconteceu uma singularidade – como bem explica o historiador Jorge Santos, professor do ensino básico e licenciado em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – mesmo os dois candidatos a presidência da república tendo comprado votos. Entre Washington Luís e Getúlio Vargas, Luís levou a melhor e foi eleito, contudo, a oposição, liderada pelo candidato derrotado, não aceitou o resultado e todo um teatro foi criado com o intuito de anular aquelas eleições.

Está aí um dos ciclos políticos da oposição para implementar a qualquer custo a sua ideologia: não aceitar o resultado das eleições. Apesar de uma eleição presidencial fraudulenta, como fora a de 1930, o resultado deveria ser respeitado e ser contestado através das vias democráticas, não se exigindo anulação ou novas eleições. Entretanto, com a intenção de tomar o poder a qualquer custo, Vargas consegue depor, através de um golpe, Washington Luís e é empossado. E o que deveria ser um governo provisório, acaba se tornando em uma ditadura que dura quinze anos, oficializada, porém, em 1937, a partir da implantação do Estado Novo.

Getúlio Vargas não tinha mais desculpas para se manter no poder após 1937, ano em que concluía seu mandato constitucional. Já havia se passado sete anos desde que o mesmo

viera a assumir o governo, através de um golpe, em 1930. Algo precisava ser feito pelo mesmo para que assim pudesse permanecer governando por tempo indeterminado e com controle total, e nada seria melhor do que forjar uma tentativa de contragolpe comunista, afinal, a Intentona Comunista tinha ocorrido, o povo estava com medo do Brasil se tornar uma União Soviética da América Latina. Caiu como uma luva, o medo das pessoas seria usado a seu favor.

Por isso fora criada a farsa do Plano Cohen, na tentativa de amedrontar a população para uma possível ameaça comunista arquitetada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Divulgado com prioridade excessiva através da mídia controlada pelo Estado, a falsa carta relatava um plano para tirar Vargas do poder e instaurar um governo totalitário de esquerda, fazendo assim a cabeça da população levando-a a acreditar que a melhor maneira de resistir aos “vermelhos” era mantendo e dando poderes dignos de um imperador para Getúlio Vargas.

O poder recebido por Vargas ao decretar Estado de calamidade e alerta o deu possibilidade de implantar a censura, repressão e perseguição política aos seus opositores, tudo com a justificativa de priorizar um ‘bem maior’. Houve avanços econômicos indubitavelmente, contudo a sociedade teve que pagar um alto preço em detrimento da economia, apesar do caráter populista de Getúlio, o que não entra no mérito visto que o ponto principal desta análise consiste no aspecto ditatorial.

A verdade é que o Estado Novo, independente de seus avanços econômicos, possui todas as características de uma ditadura fascista, ao passo que fechou o Congresso Nacional, suspendeu a Constituição vigente em detrimento de uma nova criada sem participação popular, o corporativismo e tradicionalismo se tornaram palavras de ordem do governo, além, claro, da pena de morte para crimes que atentassem contra a “segurança nacional” e do investimento maciço nas propagandas ufanistas. Essas medidas, como veremos, repetir-se-ão em governos futuros, salientando que a política nacional trabalha em ciclos.

Período democrático

A vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial que culminou na queda dos sistemas fascistas na Europa com o apoio inclusive de países americanos, como os Estados Unidos da América e o Brasil, colocaram Getúlio Vargas em grande contradição, afinal, como podia ele apoiar a queda do fascismo e implantar uma forma de governo em seus moldes?

A desaprovação popular quanto as medidas repressivas adotadas pelo governo também levaram o povo as ruas para pedir por eleições diretas, o que levou Vargas a conclamar eleições para 1946. Finalmente a democracia voltaria a ser praticada na política brasileira.

O contexto político mundial agora com a derrota das ideologias totalitárias do século XX era de apreço para com a democracia. Diferentemente do sentimento de descrédito para com a liberalismo e socialismo e a confiança num governo centralizado e com mãos de ferro vigente no período entre-guerras, sentimento esse que levou Hitler, Mussolini, Salazar, Franco e também Vargas ao poder, agora a comunidade internacional apreciava mais uma vez a soberania popular, o voto e eleições diretas.

Nessa conjuntura o Brasil elege como o primeiro presidente eleito pós-Estado Novo, Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrata (PSD). E como sempre, após uma ditadura, o que a população mais anseia é a restauração de suas liberdades individuais, não foi diferente com o governo de Dutra, ele tinha a responsabilidade de alinhar o país as linhas democráticas, talvez pela primeira vez. Quem melhor que os Estados Unidos como aliado estratégico nesse novo espectro? O mesmo que patrocinava Getúlio Vargas e a ditadura, agora seria o parceiro principal para garantir as liberdades individuais e econômicas.

Gaspar Dutra, além de promulgar uma nova Constituição e substituir o nacionalismo de Vargas por um liberalismo com leve intervenções, alinhando, assim, o Brasil ao “Bloco Capitalista”, no contexto da Guerra Fria. “Além de perseguir os comunistas, o governo Dutra, totalmente alinhado com os Estados Unidos, em outubro de 1947 rompeu as relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética.” (PANDOLFI, 2017), promovendo assim uma série de obras com o intuito de mostrar a eficiência tanto da democracia quanto do capitalismo.

Seu governo termina em 1950, dividindo a população visto que as melhoras esperadas com o fim da ditadura não haviam se concretizado por completo. O liberalismo não tinha

surtido o efeito desejado, o Plano Salte havia decepcionado e o Brasil passara ser um mero comprador de produtos supérfluos, não uma potência.

As circunstâncias deram a vitória eleitoral a Getúlio Vargas, agora sim em seu governo democrático. Apesar do que tinha feito ao instaurar a ditadura do Estado Novo, a população queria ver em ação uma política de desenvolvimento nacional, não entreguista como viera a ser a gestão Gaspar Dutra.

Após um governo liberal como era a política do PSD, agora era a vez do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) mostrar trabalho, a população recorreu a um governo populista e trabalhista para conseguir reerguer-se. Getúlio não decepcionou, chegou criando a Petrobrás, Eletrobrás, BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico), entre outras coisas que garantiam a soberania nacional. Era o sentimento da época, a Europa já estava quase que recuperada da Segunda Guerra Mundial e diminuía drasticamente a sua dependência dos norte-americanos, o Brasil seguia o mesmo caminho.

O plano de governo de Vargas ia diretamente contra os interesses da elite brasileira, acabava com o seu domínio e diminuía seus privilégios, por esse motivo se inicia uma dura campanha tanto no Congresso Nacional quanto na mídia, liderado pelo deputado federal Carlos Lacerda (UDN), para destruir a reputação e a aprovação popular de Getúlio. Com sucesso. Vargas se suicida deixando a “Carta-testamento”, provocando um rebuliço na história política. Sobre isso, diz a historiadora Luciana Quillet Heymann, da Fundação Getúlio Vargas:

Com a morte, especialmente a morte heroica, os homens públicos fazem a passagem de uma forma de existência dominada pelas vicissitudes conjunturais, pelas disputas que caracterizam o tempo da política, a uma outra, marcada pela noção de continuidade, de superação da própria morte, que caracteriza o tempo histórico. (Online)

Isto é, o suicídio de Vargas produz um efeito reverso ao qual pretendia seus opositores. Getúlio agora passa para a história como amigo da população, e não como o controverso político noticiado pela mídia.

Café-Filho, vice presidente, assume a presidência para gerir um governo de transição. Medidas como a dos Lucros Extraordinários e o Aumento Salarial de 100%, prometidas por Vargas são ignoradas e remetidas ao lixo. A União Democrática Nacional (UDN) que ansiava

tomar o poder tenta um golpe, mas no fim o povo escolhe um governo de centro-direita para fugir dos extremos.

Ciente de que o liberalismo falhara quando tentado ser implantado por Eurico Gaspar Dutra, Kubitschek tentara moderá-lo conciliando a política externa com o eixo capitalista dos EUA com o nacional desenvolvimentismo. Manda construir Brasília, hidrelétricas e rodovias, expande a indústria de base, mas afunda o Brasil numa dívida externa, tornando-o dependente do capital estrangeiro e aumentando a concentração de renda e a miséria em estados do norte e nordeste, vendo a tentativa da SUDENE morrer na praia pelos coronéis, afundando assim o legado que Getúlio Vargas deixara.¹

A verdade é que os avanços do governo Kubitschek não tinham sido suficientes para apagar a memória de Vargas. O povo queria um presidente desenvolvimentista, o que contrariava o desejo da elite da época, afinal ela era a maior beneficiada com a política entreguista, tinha a população sob seu controle e matinha os privilégios de deter a riqueza e os meios de produção.

Enfim 1960 chegou e com ele novas eleições presidenciais, a aliança PSD-PTB feita para barrar a UDN e eleger Juscelino Kubitschek não havia agradado a todos, e a União Democrática Nacional conseguiu tirar vantagem disso. Após toda sua investida, através da mídia, para cima de Getúlio Vargas e mesmo assim não assumir o poder, agora tentam sob uma perspectiva populista e desenvolvimentista, representada na figura controversa de Jânio Quadros ser o primeiro presidente a tomar posse na recém inaugurada Brasília.

Vitoriosos, Jânio Quadros e João Goulart (Jango), venceram as eleições e promoveram um dos episódios mais complexos da história nacional. Desvalorizando a moeda nacional; reatando diplomacia com a União Soviética e China; condecorando um dos líderes revolucionários cubanos, Ernesto Che Guevara, com a maior honraria que um representante estrangeiro poderia receber; além de medidas conservadoras insignificantes, como a proibição do uso de biquínis por banhistas do sexo feminino.

¹ Ver, por exemplo, MIRANDO, Paulo Roberto Moura de. *De JK ao Milagre – O Financiamento do Crescimento Econômico em Dois Tempos*. São Paulo: EAESP/FGV, 1999.

Contrariando a vontade dos Estados Unidos e da elite nacional, também propondo medidas totalmente antipopulares, o apoio a Jânio Quadros despencou, e mais uma vez um vice assumiria o poder. Em 1963, Quadros renuncia com o intuito de provocar a mesma comoção que o suicídio de Vargas havia deixado, porém falhou, seu pedido de renúncia fora acatado e ele se despedira da presidência da República.

João Goulart, que deveria tomar a posse começa a ser acusado de perigoso comunista, assim como fora no Estado Novo, por uma elite que estava decidida a por um fim nesse troca-troca de presidentes e consolidar sua vontade de uma vez por todas. Um grande acordo, envolvendo o Congresso e todos os poderes nacionais se mobilizaram para impedir a posse de Jango, alterar a Constituição vigente foi a solução, empossando Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima como primeiros-ministros e convocando a população para decidir entre o parlamentarismo ou presidencialismo.

Mais uma vez o povo optou por seguir a Constituição e empossar João Goulart como presidente, contrariando os desejos internacionais e elitizados. Jango agora adotara as políticas que a parcela mais pobre da população ansiava, os planos Trienal e Reformas de Base mexeram com a minoria mais rica. Reforma agrária, direitos trabalhistas, nacional desenvolvimentismo, essas políticas tinham de ser paradas. A solução fora mais uma vez espalhar a ficção da “ameaça comunista”, unindo através da manipulação das massas por parte do poder da Igreja² e da mídia³ contra o presidente.

A despeito do que foi o golpe do Estado Novo, mais uma vez os militares foram convocados para barrar a “ameaça comunista”. Estados Unidos, Igreja Católica, grande mídia e elite uniram-se para exigir o golpe militar a fim de desempossar João Goulart, e o Congresso Nacional, conivente mais uma vez aos interesses elitistas, declararam vago o posto de presidente da República Federativa do Brasil, em 1964. Começava aí a ditadura mais sanguinária e longa da história brasileira.

² Ver, por exemplo, AMORIM, Carlos Roberto Cunha. *O Catolicismo Brasileiro no Golpe de 64*. São Paulo: UNESP, 2010.

³ Ver, por exemplo, ANDRADE, Bruna de Oliveira. *A Influência da Mídia no Período Ditatorial Brasileiro*. Desconhecido.

Um ciclo político-eleitoral

Esse foi o período mais conturbado da História do Brasil. Nunca antes houve um momento com tantos golpes e impeachments na política, interesses internacionais contrariados, políticos controversos, “ameaças comunistas” e militares assumindo periodicamente o poder.

Fica evidente o poder de manipulação da Igreja e da mídia sobre a população. Foram elas que serviram como pilar para motivar as massas a saírem nas ruas pedindo por um governo autoritário e também para derrubar governos. De fato, “nenhum líder político isoladamente pode acabar com a democracia; nenhum líder sozinho pode resgatar uma democracia, tampouco. A democracia é um empreendimento compartilhado. Seu destino depende de todos nós” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 253), por isso a importância desses meios de controle social.

Getúlio Vargas utilizou-se desses poderes para instalar o Estado Novo, como pagamento instaurou o tradicionalismo e regulamentou a estação de rádio estatal. Futuramente sofreu um golpe, em 1954, por esses mesmos poderes os quais ajudara a erguer. O mesmo ocorrera com João Goulart, golpeado pelo poder e influência sobre a população detido pela Igreja Católica e sustentada pelo alto clero, manifestado em toda sua plenitude em 19 de março de 1964, com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, coroado pelo quarto poder, isto é, os noticiários, como o Jornal do Brasil (1964, p. 19-20):

Desde ontem se instalou no país a verdadeira legalidade. Legalidade que o caudilho⁴ não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas.

Em todas essas ocasiões, os mais beneficiados foram 1) os Estados Unidos, pelo fato de ter interesse estratégico no Brasil, evidenciado pela Doutrina Truman e também pela sua vantagem em manter não só o Brasil, mas toda a América Latina em subserviência e subdesenvolvimento, de modo que teria sempre o hemisfério sul como seus clientes e servos; 2) os militares que com um falso nacionalismo, arraigados em um conceito positivista de ver o mundo, chegavam ao poder através das intervenções golpistas e disseminavam sua ideologia

⁴ “Caudilho” está se referindo ao antigo presidente da República, João Goulart, e seus apoiadores.

conservadora e autoritária de controle da população e manutenção de privilégios a respeito dos civis; 3) a elite brasileira que nutria seu desejo de se manter em um status que lhe garantiam o controle intelectual das massas, conservando-se como superiores socialmente e economicamente, e mantendo os demais brasileiros em suas rédeas de manejo os quais asseguravam o “império” da elite.

Quanto a população, ela se via no meio do “fogo cruzado”, almejando o desenvolvimento nacional como forma de garantia tanto econômica quanto social, e para isso alternava o poder através do voto atrás de um candidato que cumprisse suas promessas.

A classe média, sempre passiva de manipulação – não é à toa que tanto em 1937, como em 1964, são articuladas a irem as ruas se manifestarem a favor dos golpes – com sua ambição de se torna elite, sucumbia aos desejos internacionais do liberalismo, o que levou Dutra e Kubitscheck ao poder, mas se frustrava ao ver que as medidas entreguistas dos mesmos só as afundava cada vez mais. Ao ascender economicamente com governos trabalhistas, como Vargas e Goulart, o ego classista se aflora e sede aos desejos internacionais, como com Dutra, Kubitscheck e futuramente com a Ditadura Militar:

A massa da classe média é explorada de modo racional e irracional. Como seu privilégio de classe decorre do acesso restrito a um conhecimento comparativamente mais valorizado que o das classes populares, o sentimento antipopular da elite e da alta classe média procura ao máximo manipular o temor da massa da classe média de perder seus privilégios. Por conta disso, parte expressiva da massa da classe média é cativa de sentimentos profascistas. (SOUZA, 2018, p. 237).

Os esquema abaixo ilustra um dos ciclos político-eleitorais brasileiros manifestado no campo econômico, promovido pela classe social média, cujo constituem a maior parcela da população do Brasil. Trata-se de uma ordem de fatores na qual o poder Executivo Federal, classe média, e todos os demais componentes da população estão sujeitos, a partir de um desejo de ascensão social, almejado por quem sonha em ser elite, tornando-se, na realidade, nos “capitães do mato” na era da pós-escravidão, isto é, servem de bode expiatório para a elite do poder.

VENCE AS ELEIÇÕES UM GOVERNO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA



A CLASSE MÉDIA CRESCE E SE DESENVOLVE ECONOMICAMENTE



**A CLASSE MÉDIA DESEJA SER ELITE E APOIA INTERESSES
INTERNACIONAIS ENTREGUISTAS E DITATORIAIS**



A CLASSE MÉDIA SE FRUSTA E É PREJUDICADA E CENSURADA



UM GOVERNO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA VENCE OUTRA VEZ

Esta cadeia, ou ciclo, fica evidenciado na construção histórica que foi feita nos tópicos 2 e 3, quando explanado a história política de eleições federativas onde, em detrimento de um plano de governo baseado nos anseios populares, os presidentes eram eleitos.

Começando com o governo provisório de Vargas, centrado no desenvolvimento nacional, logo após sucumbindo à ditadura segundo as perspectivas internacionais autoritárias e antidemocráticas. Passeando pelo liberalismo de Dutra, como assim quis as elites em meio a um pós-desenvolvimentismo, prejudicando a parcela mais sensível da população a qual opta pelo desenvolvimentismo mais uma vez, com Vargas, golpeado pelas elites a fim de garantir o entreguismo com Juscelino Kubitschek, fracassado mais uma vez posteriormente com a eleição de Jânio Quadros e João Goulart, até que por fim, o golpe concretiza os interesses internacionais e instaura a ditadura financiada pelos seus interessados.

O ciclo é cansativo e parece ser interminável de certo que o *laissez-faire* pode se manifestar de diversas maneiras, da forma mais sutil a mais abrupta possível e empregando todas as áreas públicas, seja educação, saúde, segurança, e afins, de modo que é necessário um tempo que não temos, visto o curto espaço de um pouco mais de trinta anos no qual coube tantos golpes e contragolpes. Nisso, a população brasileira, aparentemente, encontra-se condenada a servir de cavalo de Tróia para o elitismo.

Considerações finais

Nesse sistema político vigente, torna-se quase que utópico uma transformação social que não seja garantida apenas através de revolução, de sorte que estamos entregues a barbárie elitista privilegiada a qual detém os meios possíveis de mudança.

Nesse contexto, a educação é uma luz no fim do túnel, como defende o educador Carlos Henrique Brandão, autor do livro “O Que É Educação?”, ela pode ser a chave de mudança da sociedade, a única a qual se pode conscientizar as pessoas a respeito do seu poder de revolução sistemática, na qual sua voz finalmente poderá ser ouvida nesse sistema democrático falho.

A possibilidade de mudança proporcionada pela educação faz dela um ponto estratégico e ideológico numa esfera política. A tentativa de precarizá-la por meio do sucateamento do sistema de ensino, assim o projetando para ser um exportador apenas de mão-de-obra e não de seres intelectuais e críticos, tornou-se a maneira que a elite brasileira encontrou de se perpetuar no poder direta ou indiretamente. O que acontece com nossa educação não é uma crise, é um projeto de governo (RIBEIRO, 1986, p. 10), o um projeto que vem dando certo e que se não for rapidamente quebrado causará danos ainda piores.

Somente através da educação é possível compreender qual seria a melhor forma de desenvolvimento para o Brasil, seria possível então uma conscientização nacional a respeito de quem e do porquê de assim votar, a prioridade não seria o monopólio ou a ascensão econômica a qualquer custo, mas sim a igualdade e seguridade social, preceitos pré-estabelecidos em quaisquer democracia bem estruturada e educada.

Sendo assim, o ciclo político-eleitoral brasileiro discutido no presente artigo, trata-se da disputa entre desenvolvimentismo e elitismo, no qual a população manipulada ou não, se ver num debate interminável entre democracia e ditadura, onde apenas a consciência de classe, promovida pela educação surtirá efeitos capazes de provocar a quebra desse paradoxo e fará cumprir o real significado da palavra “democracia” que está registrada no primeiro artigo Constituição Cidadã: todo poder emana do povo (1988, p. 12).

Referências

- AMORIM, Paulo Henrique. **O Quarto Poder: Uma Outra História**. São Paulo: Hedra, 2015.
- BRANDÃO, Carlos Henrique. **O Que É Educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007.
- DARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. São Paulo: Zahar, 2000.
- PANFOLFI, Dulce. **A Cassação do Partido Comunista no Cenário da Guerra Fria**. Disponível em:
<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>>. Acessado em 14 de abr. de 2019.
- HEYMANN, Luciana Quillet. **A Carta-testamento e o Legado de Vargas**. Disponível em:
<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/CartaTestamento>>. Acessado em 15 de abr. de 2019.
- LAMARÃO, Sérgio. **A Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_d_a_familia_com_Deus>. Acessado em 16 de abr. de 2019.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.
- LUCHETTI, Maria Salute Rossi. **O Ensino no Exército Brasileiro: História, Quadro Atual e Reforma**. São Paulo: UNIMEP, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. **Sobre o Óbvio**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da Escravidão a Lava-Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
_____. **A Classe Média no Espelho**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.
- STEPHAN, Claudia. **A Ideologia da Bipolaridade: a Introdução da Doutrina de Segurança Nacional e as Implicações para a Democracia no Brasil**. Rio Grande do Sul: UFRS, 2015.